

CULTURA E EVANGELIZAÇÃO NO DOCUMENTO DE APARECIDA

Mario de França Miranda SJ

Antes de abordarmos o tema principal destas linhas, algumas observações preliminares se fazem necessárias. Primeiramente deve ser logo mencionado que a cultura como tal não foi uma questão que polarizasse as atenções dos participantes da V Conferência Geral do Episcopado da América Latina e do Caribe, mais voltados para a formação e compromisso dos discípulos missionários, bem como para os efeitos nocivos da globalização neste Continente. A cultura só ganha importância enquanto *cultura hodierna* na medida em que aparece como ameaça à fé cristã e à comunidade eclesial. Não é de se espantar, portanto, que ganhe maior espaço no documento a questão da evangelização da cultura, pouco se discorrendo no mesmo sobre a inculturação da fé. Uma terceira observação diz respeito ao tratamento que daremos ao título desta comunicação. Mais do que tentarmos uma sistematização teológica e avaliação crítica do material oferecido pela V Conferência, nós buscaremos mais modestamente expor ao leitor deste documento o que o próprio texto nos oferece.

Como não houve uma atenção maior ao tema da cultura aparece imediatamente a um leitor mais esclarecido certa confusão nos textos que falam de cultura. Considerando o contexto destes textos podemos inferir o significado da expressão “cultura”, indicando ora a cultura nativa ou popular, ora a cultura moderna, globalizada, neoliberal. Mas encontramos também outras passagens que carecem desta nitidez como, por exemplo, as que se referem às culturas plurais presentes no mundo urbano.

A cultura globalizada e sua evangelização

De qualquer modo comecemos pela cultura que atualmente predomina em nossa sociedade. Dela temos uma descrição bastante abrangente na parte

relativa ao “ver” do método “ver-julgar-agir”, a saber, no segundo capítulo do documento: “olhar dos discípulos missionários sobre a realidade”. De início se reconhece que “vivemos uma mudança de época, e seu nível mais profundo é o cultural” (DA 44), mostrando-nos a realidade como “mais complexa” do que imaginávamos no passado (DA 36), a qual se nos oferece “fragmentada” sem que possamos perceber sua unidade (DA 36). Daí que “muitos estudiosos de nossa época sustentam que a realidade traz inseparavelmente uma crise de sentido” (DA 37), pois falta aos nossos contemporâneos “uma compreensão unitária que lhes permita exercer sua liberdade com discernimento e responsabilidade” (DA 42). Daí também a dificuldade em transmitir os valores culturais às novas gerações (DA 39).

Outro traço cultural assinalado no documento diz respeito à “sobreevalorização da subjetividade individual” (DA 44) que decai no assim chamado individualismo cultural, “pragmático e narcisista” (DA 51): o indivíduo se põe no centro de tudo, busca a realização imediata de seus desejos, enfraquece os vínculos comunitários (DA 44), enfatiza o presente, cultua o corpo, deixa-se atrair pelas sensações (DA 51). Deste modo, a pessoa se torna indiferente ao outro, vive o seu dia-a-dia sem programas a longo prazo nem apegos pessoais, familiares e comunitários, considerando as relações humanas como objetos de consumo, sem compromisso responsável e definitivo (DA 46). A força mobilizadora da noção de *bem comum* desaparece do horizonte com prejuízo da dignidade de todos, especialmente daqueles que são mais pobres e vulneráveis (DA 47).

Outro traço que aparece na descrição da atual cultura é provocado pela hegemonia do fator econômico em nossa sociedade, que põe “a ciência e a técnica exclusivamente a serviço do mercado”, regidas pelos “critérios únicos da eficácia, da rentabilidade e do funcional” (DA 45). Este fato decorre do atual fenômeno da globalização (DA 43). Esta impõe ao mundo, desprezando as culturas locais, “uma cultura homogeneizada em todos os setores” (DA 46). Esta cultura que idolatra o poder, a riqueza e o prazer efêmero se transformou “em norma máxima de funcionamento e em critério decisivo na organização social” (DA 387).

Entretanto, aspectos positivos da atual cultura são também mencionados, embora com maior discrição: “o respeito à dignidade e à liberdade de cada um” (DA 479), “o valor fundamental da pessoa, de sua consciência e experiência, a busca do sentido da vida e da transcendência”, “a simplicidade e o reconhecimento do fraco e do pequeno na existência” (DA 52), “o desejo de se encontrar com outros e compartilhar o vivido, como maneira de dar a si uma resposta” (DA 53), “a ênfase na experiência pessoal e no vivencial” (DA 55).

Contudo, no Documento de Aparecida a cultura atual aparece mais como ameaça à fé cristã e obstáculo à atividade da Igreja. Ela é mesmo caracterizada como “uma cultura distante e hostil à tradição cristã” (DA 10),

como “uma concepção do homem contrária à visão cristã” (DA 506) ou simplesmente como “contrária a Cristo e à Igreja” (DA 185). Os caminhos que levam à morte estão numa cultura sem Deus ou inclusive contra Deus, a qual acaba sendo uma cultura contra o ser humano (DA 13), dominada pelo materialismo (DA 506) e que se expressa “no clima relativista que nos circunda” (DA 22). Esta cultura também é caracterizada como “cultura de morte” por afetar a vida em todas as suas formas (DA 185). O imperativo da racionalidade, do sucesso e da eficiência, e o enfraquecimento das relações pessoais gratificantes que marcam a atual cultura, acarretam insatisfação e desintegração no âmbito familiar (DA 462). Daí a conclusão que explica uma parte importante do texto da V Conferência: “Os desafios que apresenta a situação da sociedade na América Latina e no Caribe requerem identidade católica mais pessoal e fundamentada” (DA 297).

Conseqüentemente, diante de uma tal constatação da cultura atual se impõe uma adequada evangelização da mesma. Esta tarefa será confiada preferentemente ao laicato e concerne o “mundo do trabalho, da cultura, das ciências e das artes, da política dos meios de comunicação e da economia, assim como as esferas da família, da educação, da vida profissional” (DA 174). Também as Universidades Católicas deverão estabelecer um “diálogo com a cultura, que favoreça melhor compreensão e transmissão da fé” (DA 341), fomentando também “o estudo e a pesquisa teológica e pastoral frente aos desafios da nova realidade social, plural, diferenciada e globalizada” (DA 345). Embora a preocupação com a cultura hodierna transpareça ao longo do Documento, o que conhecemos como a “evangelização da cultura” não apresenta uma reflexão adequada e satisfatória, apenas repetindo generalidades e apontando alguns agentes desta missão da Igreja. Mesmo quando observa corretamente que evangelizar a cultura não significa abandonar a opção preferencial pelos pobres (DA 491) não logra estabelecer o elo profundo entre estas duas realidades que interagem mutuamente.

Esta nossa afirmação apresenta, contudo, uma exceção. Diante de uma cultura pluralista, diversificada, fragmentada, inchada mesmo pela imensa massa de dados oferecidos, nossos contemporâneos buscam “o sentido unitário e completo da vida humana que nem a ciência, nem a política, nem a economia, nem os meios de comunicação poderão proporcionar-lhes”. Em Jesus Cristo “a cultura pode voltar a encontrar seu centro e sua profundidade, a partir de onde é possível olhar a realidade no conjunto de todos os seus fatores, discernindo-os à luz do Evangelho e dando a cada um seu lugar e sua dimensão adequada” (DA 41).

Por outro lado, mesmo deficiente na apresentação da evangelização *como processo*, o Documento de Aparecida é menos reticente ao descrever o objetivo da ação evangelizadora da Igreja no mundo da cultura. Ele a caracteriza como “cultura da solidariedade”, atenta às necessidades dos mais pobres como também comprometida na defesa dos direitos dos mais

fracos (DA 199) e, conseqüentemente, procurando “neutralizar a cultura da morte” (DA 480). Ela é igualmente expressa como “cultura da vida” (DA 435), que luta para oferecer melhores condições de vida aos excluídos e ignorados em sua miséria e sua dor (DA 358). Observa-se ainda que o amor cristão, enquanto participa do amor divino, é “o único eixo cultural capaz de construir uma cultura da vida” (DA 543). Outra formulação também encontrada no Documento é a de “cultura da responsabilidade” que busca o bem comum, a criação de oportunidades para todos, a luta contra a corrupção, a vigência dos direitos do trabalho e sindicais (DA 406b).

A cultura própria e a inculturação da fé

A cultura tal como é hoje compreendida pela Antropologia Cultural recebeu, como já mencionamos, uma menor atenção do que a cultura globalizada que se apresenta como ameaça à fé cristã. Ela vem descrita como “o modo particular com que os homens e os povos cultivam sua relação com a natureza e com seus irmãos, consigo mesmos e com Deus, a fim de conseguir uma existência plenamente humana” (DA 476). O texto foi extraído da Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* do Concílio Vaticano II (53). Ele assinala tanto a *visão* própria de cada cultura com relação à realidade, à organização social, aos desafios da natureza, à vida familiar, como também o *ethos* dela decorrente com incidência decisiva na vida cotidiana. O Documento de Aparecida reconhece a riqueza e a diversidade das culturas na América Latina e no Caribe, sejam elas indígenas, afro-americanas, mestiças, camponesas, urbanas e suburbanas (DA 56).

“As culturas indígenas se caracterizam sobretudo por seu apego profundo à terra, pela vida comunitária e por uma certa procura de Deus” (DA 56), “constituem a população mais antiga do Continente” (DA 88), “cultivam valores humanos de grande significado” (DA 92), entre os quais “o caráter sagrado da vida humana, a valorização da família, o sentido de solidariedade e a co-responsabilidade no trabalho comum, a importância do cultural, a crença em uma vida ultra-terrena” (DA 93), sem falar de sua “milênária experiência religiosa” (DA 529). Os bispos reunidos em Aparecida reconhecem que a atual sociedade tende a menosprezar tais culturas por desconhecer o porquê de suas diferenças (DA 89).

Deste modo os indígenas se encontram hoje “ameaçados em sua existência física, cultural e espiritual; em suas identidades; em sua diversidade; em seus territórios e projetos” (DA 90). Daí o compromisso destes bispos na luta por preservar tais identidades, defender seus direitos, denunciar as violações sofridas (DA 530). Também o texto de Aparecida reconhece que o trabalho de evangelização implica transformações culturais (DA 530), mas que nem por isso se deve desarraigar a fé católica das comunidades indígenas, que afinal as deixariam indefesas e confusas diante das ideologias e de grupos alienantes, prejudicando a si próprias (DA 531).

As culturas de origem africana “se caracterizam, entre outros elementos, pela expressividade corporal, o enraizamento familiar e o sentido de Deus” (DA 56). Identificam uma população “arrancada da África e trazida para cá como gente escravizada” (DA 88). Tal como os indígenas também este grupo social se encontra hoje numa situação “marcada pela exclusão e pela pobreza” (DA 89). De fato, “a identidade étnica é fator de subordinação social” no mundo do trabalho, na formação escolar, nas relações cotidianas. Além disso, procura-se ocultar sistematicamente “seus valores, história, cultura e expressões religiosas” (DA 96).

Daí a tomada de posição da Igreja recomendando que se conheçam os valores culturais, a história e as tradições dos afrodescendentes, que se entre em diálogo fraterno e respeitoso com eles (DA 532). Daí também a denúncia da “prática da discriminação e do racismo em suas diferentes expressões” (DA 533), a preocupação por tão poucos desta etnia chegarem à educação superior, o compromisso pela defesa de sua cidadania, de sua memória cultural e de sua consciência de negritude (DA 533). Comparando o que foi afirmado sobre os indígenas e os afrodescendentes nota-se que estes últimos receberam um tratamento mais modesto no texto final, fato este que poderia denunciar uma pastoral não tão desenvolvida como a dos indígenas no interior da Igreja.

Outras culturas mencionadas no Documento de Aparecida são primeiramente as “culturas mestiças” que buscam “em meio às contradições sintetizar ao longo da história essas múltiplas fontes culturais originárias, facilitando o diálogo das respectivas cosmovisões e permitindo sua convergência numa história compartilhada” (DA 56). Esta mestiçagem “é a base social e cultural de nossos povos latino-americanos e caribenhos” (DA 88). O texto não oferece ulteriores descrições desta mestiçagem e nem mesmo sua repercussão no interior da Igreja. Menciona-se ainda a cultura urbana como uma cultura “híbrida, dinâmica e mutável, pois amalgama múltiplas formas, valores e estilos de vida”, bem como a cultura suburbana presente nas populações mais pobres em torno das cidades e com problemas cada vez mais complexos (DA 58). Ambas serão abordadas mais adiante.

Há ainda um parágrafo referente à cultura latino-americana. Ela é constituída por elementos culturais e componentes religiosos, e gestada ao longo da história deste continente (DA 4-5). Não somos “apenas um fato geográfico com mosaico ininteligível de conteúdos” e nem “uma soma de povos e de etnias que se justapõem”. Somos povos “a quem a mesma geografia, a fé cristã, a língua e a cultura uniram definitivamente no caminho da história”. Daí “a dignidade de nos reconhecer como família de latino-americanos e caribenhos implica uma experiência singular de proximidade, fraternidade e solidariedade” (DA 525).

Embora não receba uma exposição mais completa, o tema da inculturação da fé é visto positivamente pelos participantes da V Conferência. “Vemos

com esperança o processo de inculturação discernido à luz do magistério” (DA 94). E mais concretamente ao descrever os aspectos positivos da Igreja nestes últimos tempos aqui na América Latina, o documento afirma que “esforços têm sido realizados para inculturar a liturgia nos povos indígenas e afro-americanos” (DA 99b). Observa ainda que os futuros presbíteros ou religiosos “provenientes de famílias pobres ou de grupos indígenas requerem formação inculturada”. Só assim a formação teológica e espiritual não os fará perder suas raízes, podendo assim “ser evangelizadores próximos a seus povos e culturas” (DA 325).

A razão que justifica a inculturação da fé vem expressa através de uma citação de João Paulo II: “a fé só é adequadamente professada, entendida e vivida, quando penetra profundamente no substrato cultural de um povo” (DA 477). Posteriormente, no mesmo ano, o papa logrou uma formulação mais incisiva: “uma fé que não se torna cultura é uma fé que não foi plenamente recebida, não inteiramente pensada, não fielmente vivida” (Mensagem ao Pontifício Conselho para a Cultura em 20/05/1982). Pois a fé deve penetrar, orientar e iluminar todos os setores da vida do indivíduo e da sociedade, “deve ser luz e força para todos os anseios, para as situações alegres ou sofridas e para as questões presentes nas respectivas culturas dos povos” (DA 477). Surpreendentemente esta afirmação vale também para a cultura atual, vista tão negativamente no texto de Aparecida. “O anúncio do Evangelho não pode prescindir da cultura atual. Esta deve ser conhecida, avaliada e em certo sentido assumida pela Igreja, com linguagem compreendida por nossos contemporâneos” (DA 480). Daí o apelo feito aos presbíteros para melhor conhecê-la (DA 194).

A fé inculturada não apenas enriquece e plenifica as respectivas culturas, mas repercute ainda para o interior da Igreja. De fato, “com a inculturação da fé a Igreja se enriquece com novas expressões e valores, manifestando e celebrando cada vez melhor o mistério de Cristo, conseguindo unir mais a fé com a vida e assim contribuir para uma catolicidade mais plena, não só geográfica, mas também cultural” (DA 479). Esta catolicidade da Igreja se vê hoje acrescida pelas culturas emergentes (DA 91), que também cooperam na construção de uma “nova história” em nosso continente, baseada “em relações inter-culturais onde a diversidade não significa ameaça” (DA 97).

Já que nem todas as diferentes características culturais sintonizam com a fé cristã, se reconhece na pessoa de Jesus Cristo o critério para avaliá-las devidamente. “Jesus Cristo é a plenitude da revelação para todos os povos e o centro fundamental de referência para discernir os valores e as deficiências de todas as culturas” (DA 95). Afirmação correta, mas de difícil emprego em alguns casos. Pois a fé cristã só existe já inculturada, e nem sempre é fácil distinguir o que de fato a contradiz e o que se opõe a um dado cultural no qual se entende e se expressa. Neste particular a história da Igreja apresenta uma sucessão de avaliações errôneas ao longo dos séculos.

A religiosidade popular

Esta realidade aparece altamente louvada e valorizada no Documento de Aparecida. “A fé no Deus amor e a tradição católica na vida e na cultura” é considerada uma das “maiores riquezas de nossos povos”. Pois “as raízes católicas permanecem na sua arte, linguagem, tradições e estilo de vida” (DA 7). Por isso mesmo deve a Igreja “aproveitar ainda mais o rico potencial de santidade e justiça social que a mística popular encerra” e tomá-la como “imprescindível ponto de partida para conseguir que a fé do povo amadureça e se faça mais fecunda” (DA 262).

Ela constitui mesmo o “cimento fundamental da identidade, da originalidade e da unidade da América Latina e do Caribe” enquanto “realidade histórico-cultural marcada pelo Evangelho de Cristo” (DA 8). Numa sociedade enfrentando séria “crise de sentido” por não conseguir dar uma unidade aos sentidos parciais e às múltiplas experiências, ela capacita os cristãos a olhar o mundo através de um “sentido religioso” que lhes dá a unidade desejada (DA 37). Ela “integra muito o corpóreo, o sensível, o simbólico e as necessidades mais concretas das pessoas”. Ela também “contém e expressa um intenso sentido da transcendência, uma capacidade espontânea de se apoiar em Deus e uma verdadeira experiência de amor teologal”. Uma sabedoria que não é tanto fruto de conhecimentos teóricos, mas da “ação interna da graça” (DA 263). Uma sabedoria que recorda permanentemente aos pobres e sofridos “o imenso amor que Deus tem por eles” e assim “sua própria dignidade” (DA 265).

Trata-se de “uma maneira de expressar a fé”, de “um catolicismo popular, profundamente inculturado, que contém a dimensão mais valiosa da cultura latino-americana” (DA 258), de “uma espiritualidade encarnada na cultura dos simples” (DA 263). A religiosidade popular “penetra delicadamente a existência pessoal de cada fiel” e está presente “nos diferentes momentos da luta cotidiana” através de singelas expressões (DA 261). Portanto constitui uma “originalidade histórica cultural dos pobres deste Continente, fruto de uma síntese entre as culturas e a fé cristã” (DA 264).

Ela pode condensar num gesto simples “uma viva experiência espiritual” (DA 259), pode ser para o fiel uma “experiência do mistério” que o leva a tomar decisões que marcam sua vida (DA 260). Mas só chegaremos a reconhecer nela tais riquezas se dela nos aproximamos através do contato com os pobres, que nos permita corretamente apreciar seus valores, seus legítimos desejos e seu modo próprio de viver a fé (DA 398). Caso contrário cairemos no erro de querer julgá-la e avaliá-la a partir de nossos próprios padrões culturais e religiosos, deturpando assim seu sentido e sua importância. Daí a insistência que emerge do texto: “o discípulo missionário precisa ser sensível a ela, saber perceber suas dimensões interiores e seus valores inegáveis” (DA 262). A exposição sobre a religiosidade popular no Documento de Aparecida consegue unir o espiritual e o afetivo, o

realismo e o simbolismo, o sofrimento e a esperança, a descrição e a reflexão, o estático e o dinâmico, o sonho e o cotidiano constituindo talvez o mais belo texto da V Conferência (DA 258-265).

Cultura urbana e midiática

A cultura urbana aparece como um dos grandes desafios atuais à ação evangelizadora da Igreja. Ela se caracteriza pelo pluralismo de visões, expectativas, comportamentos e padrões éticos (DA 58). Sem dúvida é uma cultura “complexa e plural” (DA 509), já que “na cidade convivem diferentes categorias sociais, tais como as elites econômicas, sociais e políticas, a classe média com seus diferentes níveis e a grande multidão dos pobres” (DA 512). Daí se poder enumerar “binômios que a desafiam cotidianamente: tradição-modernidade, globalidade-particularidade, inclusão-exclusão, personalização-despersonalização, linguagem secular-religiosa, homogeneidade-pluralidade, cultura urbana-pluriculturalismo” (DA 512).

Mesmo reconhecendo o lado sombrio das cidades constituído pela violência, pela pobreza, pelo individualismo e pela exclusão, afirma-se que elas “são lugares de liberdade e de oportunidade”, onde se podem conhecer outras pessoas, interagir e conviver com elas, exercitar a tolerância, aceitar os demais, experimentar a fraternidade, a solidariedade e a universalidade (DA 514). A pastoral deve estar atenta para se abrir “a novas experiências, estilos e linguagens que possam encarnar o Evangelho na cidade” (DA 517d) ou para adotar “estruturas e práticas” condizentes (DA 518a). Também é mencionada a “grande cultura midiática” (DA 484), que deve ser conhecida e valorizada como nova forma de comunicação (DA 486a).

Uma palavra final

Se fôssemos comparar do ponto de vista *fé e cultura* o texto de Aparecida com os outros de Puebla e de Santo Domingo, teríamos que reconhecer que ele ficou aquém dos anteriores. A preocupação principal dos bispos foi o enfrentamento com a cultura moderna, secularizada, globalizada, pelo dano que ela causa à fé dos católicos. Daí o espaço e a importância maior dada à evangelização da cultura em detrimento da inculturação da fé, embora ambos os processos sejam interdependentes. Pesou também o final do pontificado de João Paulo II quando, ao contrário dos seus primeiros anos, pouco se falou sobre a inculturação da fé. Talvez este fato possa se explicar pela forte centralização romana efetuada neste pontificado, diminuindo a legítima autonomia das Igrejas particulares, embora já afirmada pelo Concílio Vaticano II, e que está estreitamente conexas com a inculturação da fé.

Além disso, o contexto sócio-cultural no interior do qual se desenrolou a V Conferência foi fortemente marcado pela ameaça à identidade católica pela sociedade pluralista, e pela fragilidade dos batizados não devidamen-

te evangelizados ou praticantes diante da atual cultura dominante, bem como pelos efeitos perversos da globalização econômica. Este foi o foco das atenções e dos trabalhos em Aparecida. De certo modo devemos lamentar este fato, pois nos últimos anos presenciamos um arrefecimento do processo de inculturação no Continente. Mais ainda. Pudemos constatar dificuldades na aprovação de iniciativas de inculturação da fé providas da Cúria Romana. Uma reivindicação mais forte em Aparecida teria ajudado mais a evangelização na América Latina.

Num mundo que se tornou pequeno pela facilidade de locomoção e de comunicação, sua diversidade e pluralidade cultural saltam aos olhos, exigindo que seja conhecida e respeitada. Esta consciência atual de cunho planetário não pode ser ignorada pela Igreja sob pena de enfraquecer sua ação evangelizadora. Deste modo, a emergência de Igrejas locais que sejam respeitadas do solo pátrio onde se constituíram, tal como se dava no primeiro milênio do cristianismo, tornou-se hoje um imperativo pastoral. Porém estas configurações eclesiais próprias *dependem fortemente da inculturação da fé* que chegue não só às formulações doutrinárias e às celebrações litúrgicas, ao clero, à vida religiosa e ao laicato, mas também à própria organização institucional da Igreja, que tanto deve à sociedade de cada época como nos comprova sua história, fato este que não passou despercebido em Aparecida (DA 367 e 369). Daí lamentarem os bispos a falta de valentia, de persistência e de docilidade à graça “para assegurar o rosto latino-americano e caribenho de nossa Igreja” (DA100h).

Mario de França Miranda SJ é doutor em teologia pela Pontifícia Universidade Gregoriana (Roma). Atualmente é professor de teologia sistemática na Pontifícia Universidade Católica (Rio de Janeiro). Foi membro da Comissão Teológica Internacional (Roma). Publicou entre muitos livros e artigos: *Um catolicismo desafiado: Igreja e pluralismo religioso* no Brasil, São Paulo: Paulinas, 1996; *O cristianismo face às religiões*, São Paulo: Loyola, 1998; *A salvação de Jesus Cristo: A doutrina da graça*, São Paulo: Loyola, 2004; *A Igreja numa sociedade fragmentada*, São Paulo: Loyola, 2006; e *Aparecida: a hora da América Latina*, São Paulo: Paulinas, 2007.

Endereço: R. Marquês de São Vicente, 389
22451-041 Rio de Janeiro — RJ
e-mail: mfranca@puc-rio.br

COLEÇÃO BÍBLICA LOYOLA

A Coleção Bíblica Loyola, sob responsabilidade da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia de Belo Horizonte, publica estudos, comentários e subsídios bíblicos de nível científico internacional, seja traduzidos, seja produzidos por biblistas nacionais.

TÍTULOS MAIS RECENTES:

19. **As duas fases da pregação de Paulo** (*M. Pesce*)
20. **O Evangelho de Mateus e o judaísmo formativo** (*J. A. Overman*)
21. **A Bíblia na Igreja** (*J. A. Fitzmyer*)
22. **O pensamento do templo - de Jerusalém a Qumran** (*F. Schmidt*)
23. **As formas literárias do Novo Testamento** (*K. Berger*)
24. **Procurais o Jesus histórico?** (*R. Zuurmond*)
25. **Sabedoria e sábios em Israel** (*J. Vilchez Líndez*)
26. **Mulher e homem em Paulo** (*N. Baumert*)
27. **A evolução do pensamento paulino** (*U. Schnelle*)
28. **Metodologia do Antigo Testamento** (*H. Simian-Yofre [org.]*)
29. **A mensagem do Reino** (*R. A. Horsley e N. A. Silberman*)
30. **Abraão e sua lenda: Gênesis 12,1-25,11** (*W. Vogels*)
31. **Israel e seu Deus:** (*F. Gradl e F. J. Stendebach*)
32. **Sacrifício e culto no Israel do Antigo Testamento** (*Ina Willi-Plein*)
33. **O Jesus Histórico: um manual** (*Gerd Theissen / Annete Merz*)
34. **A Tríade: fé, esperança e amor em Paulo** (*Thomas Söding*)
35. **A Primeira história do Cristianismo** (*Daniel Marguerat*)
36. **Introdução ao Antigo Testamento** (*Erich Zenger et al.*)
37. **Introdução à leitura do Pentateuco** (*Jean-Louis Ska*)
38. **A "fórmula da aliança"** (*Rolf Rendtorff*)
39. **As parábolas de Jesus em Marcos e Mateus** (*Michel Gourgues*)
40. **A invenção de Cristo** (*Maurice Sachot*)
41. **As origens da Bíblia** (*John W. Miller*)
42. **Naquele tempo... Concepções e práticas do tempo** (*M. Gourgues e M. Talbot*)
43. **Introdução à exegese do Novo Testamento** (*U. Schnelle*)
44. **A encarnação do Filho de Deus** (*Ulrich B. Müller*)
45. **Sinopse dos Evangelhos de Mateus, Marcos e Lucas e da "Fonte Q"** (*J. Konings*)
46. **Entre os dois Testamentos. História e religião na época do Segundo Templo** (*J. Maier*)
47. **As parábolas de Lucas** (*Michel Gourgues*)
48. **Religião de visionários: apocalíptica e misticismo no cristianismo primitivo** (*P.A. de S. Nogueira*)
49. **O homem bíblico. Leituras do Primeiro Testamento** (*A. Wénin*)
50. **Aquele que manda a chuva na face da terra** (*C.M. Dias da Silva*)
51. **Davi e sua história** (*W. Vogels*)
52. **A Bíblia grega dos Setenta - Do judaísmo ao cristianismo antigo** (*M. Harl, G. Dorival, O. Munnich*)

Edições Loyola — Cx. P. 42.355 - CEP 04299-970 São Paulo
e-mail: vendas@loyola.com.br